

QUEERS: UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E PROPOSITAL IRONIA ÀS FRONTEIRAS DE GÊNERO

Isaias Batista de Oliveira Júnior

Resumo: Neste estudo trazemos à baila discussões teóricas sobre o conceito de gênero com a intenção de compreendê-lo como uma das vertentes da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). Dessa forma objetivamos evidenciar o processo de resistência das fronteiras de gênero atravessadas pelas pessoas queer. O processo investigatório foi pautado numa metodologia qualitativa com respaldo dos Estudos Culturais. Concluímos que as pessoas queer ao ultrapassarem as fronteiras de gênero além de colocar em xeque normas socialmente prescritas, utilizam esse estilo de vida como estratégia de superação e empoderamento diante de uma sociedade preconceituosa e heteronormativa.

Palavras-chave: Identidade, diferença, queer, gênero.

Queers: a movement of resistance and proposital ironia to the gender boundaries

Abstract: In this study, we discuss theoretically the concept of gender with the intention of understanding it as one of the aspects of the construction of the identity (s) and the difference (s). In this way we aim to highlight the process of resistance of the gender boundaries crossed by queer people. The research process was based on a qualitative methodology supported by Cultural Studies. We conclude that queer people, when they go beyond gender boundaries and check socially prescribed norms, use this way of life as a strategy of overcoming and empowering before a prejudiced and heteronormative society.

Keywords: Identity, difference, queer, genre.

Queers: un movimiento de resistencia y proposital ironia las fronteras de género

Resumen: En este estudio traemos a la baila discusiones teóricas sobre el concepto de género con la intención de comprenderlo como una de las vertientes de la construcción de la identidad y de la (s) diferencia (s). De esta forma objetivamos evidenciar el proceso de resistencia de las fronteras de género atravesadas por las personas queer. El proceso investigador fue pautado en una metodología cualitativa con respaldo de los Estudios Culturales. Concluimos que las personas que quieran al sobrepasar las fronteras de género además de poner en jaque normas socialmente prescritas, utilizan ese estilo de vida como estrategia de superación y empoderamiento ante una sociedad preconcebida y heteronormativa.

Palabras clave: Identidad, diferencia, queer, género.

Introdução

Pode parecer óbvio falar em gênero numa perspectiva relacional, mas, pelo que observamos em programas e projetos na perspectiva da sexualidade, isso não é tão claro assim, porém, a distinção por ele causada é aplicada constantemente em nossa sociedade por algumas instituições, como a escola, a indústria cultural, o Estado, a igreja, a sociedade, etc. e culturalmente disseminado. Neste sentido vamos aqui trabalhar com o conceito de gênero dentro de um conceito pós-estruturalista erigido em partes pelos Estudos Culturais (LOURO, 1997; HALL, 2007; SILVA, 2007).

Ao nos debruçarmos sob o conceito de identidade de gênero, buscamos compreendê-lo como sendo uma das vertentes da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s) e embora, este processo ocorra de forma interseccionada a outros aspectos iremos nos ater apenas as discussões sobre gênero com a intenção de permitir ao/à leitor/a maior compreensão sobre o mesmo.

Dessa forma, trazemos à baila discussões teóricas de um estudo realizado como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, onde, o processo investigatório foi pautado numa metodologia qualitativa. Embora, coexistam distintos enfoques que buscam definir esta abordagem,

reconhecemos sua prevalência, pelo fato deste estudo procurar entender, descrever e explicar fenômenos sociais partindo do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, o sujeito e o objeto e o mundo objetivo e a subjetividade do objeto investigado. Nesse sentido, buscamos referenciais em autores tais como: Scott (1995), Haraway (2004); Weeks (2010); Butler (2010); Sayão (1997); Moore (2000), Foucault (1999); Miskolci (2009), dentre outros/as.

Para dialogarmos com os discursos produzidos pelos/as autores/as elencados/as buscamos respaldo na Teoria dos Estudos Culturais proposta por Stuart Hall (2006, 2007) e Tomaz Tadeu da Silva (2007) com o objetivo de evidenciar o processo de atravessamento, resistência e ironia das fronteiras de gênero pelas pessoas queer. A partir daí, desdobram-se os objetivos específicos, quais sejam: apresentar as acepções dos Estudos Culturais na re/produção de identidade(s) e diferença(s); discutir o gênero como construção social e demonstrar as estratégias de não assujeitamento às conformações estabelecidas culturalmente pelas pessoas queer.

A partir dessa perspectiva organizamos nosso texto de maneira a demonstrar inicialmente a perspectiva dos Estudos Culturais de como as identidades e as diferenças são construídas e se imbricam, em seguida discutimos o gênero como uma construção social para então apresentar fragmentos da teoria queer como estilo de vida de emancipação e não sujeitamento às conformações de gênero estabelecidas culturalmente. Por fim, trazemos breves tessituras conclusivas que não visam encerrar o assunto, mas que possam aguçar no/a leitor/a o desejo de aprofundar-se na temática.

A construção da(s) identidade(s) e diferença(s) na acepção dos Estudos Culturais

Sobre os Estudos Culturais é válido ressaltarmos que historicamente Richard Hoggart (1918) foi reconhecido como o fundador desse campo de estudos com a publicação de sua obra *The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special References to Publications and Entertainments* (1957) traduzido posteriormente para o francês em *La culture du pauvre*, o que contribui para fazer de Hoggart o autor dos Estudos Culturais mais conhecido na França (MATTELART; NEVEU, 2004). O referido autor estuda a influência da cultura difundida em meio à classe operária pelos modernos meios de comunicação “e analisa como publicações destinadas a esse público se integram a esse contexto” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 42).

Como centro de suas ideias temos a tendência em superestimar a influência dos produtos e subprodutos da indústria cultural sobre as classes populares ou minoritárias e “os juízos de valor para os quais ele previne seu/sua leitor/a, se refletem na utilização de termos antinômicos tais como ‘são’, ‘decente’, ‘sério’ e ‘positivo’ de um lado, ‘vazio’, ‘debilitante’, ‘trivial’ e ‘negativo’, outro” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 45).

Ao lado de Hoggart (1918-2014), Raymond Willians (1921-1988) e Edward P. Thompson (1924-1993) fizeram dos Estudos Culturais sua principal linha de pesquisa (MATTELART; NEVEU, 2004).

O trabalho de Thompson pode ser descrito como a opção por uma história centrada na vida e nas práticas de resistência das classes populares. Sua obra mais conhecida é *The Making of the English Working Class* (1963), clássico da história

social e reflexão sobre a sócio história de um grupo social (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 46).

Mattelart e Neveu (2004) afirmam que cinco anos antes, Raymond Willians publicava sua obra *Culture and Society* (1954), fazendo repousar em seu texto ideias sobre uma “história do trabalho social de produção ideológica” (p. 46) que vai se desdobrar em *The Long Revolution* (1961) enfatizando o papel que desempenham “os sistemas de educação e de comunicação (impressa, padronização da língua) e dos processos de alfabetização na dinâmica de mudanças sociais e contribui para desenhar um programa democrático de reformas das instituições culturais” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 46-47).

A lista de fundadores dos Estudos Culturais se completa com um quarto autor: Stuart Hall (1932) e “diferentemente dos outros pais fundadores, Hall não é autor de livros de referência, mas produziu uma enorme massa de artigos” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 59) que contribuíram para a consolidação dos Estudos Culturais.

A princípio, para esses estudiosos, parece ser simples definir “identidade”, ela é autocontida e autossuficiente, simplesmente aquilo que somos. Por exemplo: “sou homem”, “sou branco”, “sou heterossexual”. Nessa mesma linha de raciocínio, a “diferença” também é concebida, ou seja, como algo que remete a si própria. “Apenas neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é”: “ela é mulher”, “ele é negro”, “ele é gay” (SILVA, 2007, p. 74).

Exposto dessa forma fica evidente que identidade(s) e diferença(s) se encontra(m) em uma estreita relação de interdependência vista a condição afirmativa que expressamos a identidade. Porém, tal positividade tende a esconder as agruras dessa relação. A afirmação de “sou homem”, “sou heterossexual”, em verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade(s) e diferença(s), por trás dessa afirmação deve-se ler: “não sou mulher”, “não sou gay”, “não sou bissexual”, “não sou transexual”, entre outras (SILVA, 2007; HALL, 2006, 2007).

Nesse aspecto não seria um equívoco explicitar os dois momentos ou atos mentais envolvidos no preconceito espontâneo e dispô-los de acordo com a ordem, a saber: a rejeição da diferença vem depois da afirmação enfática da(s) diferença(s).

Depreendemos que, tal como a diferença, a identidade é uma relação social. Isso significa que sua definição está sujeita a vetores de força, de relação de poder. “Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado em um campo sem hierarquias, elas são disputadas” (SILVA, 2007, p. 81) e “atravessadas por diferentes divisões e antagonismos que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeitos’” (HALL, 2006, p. 17) e efetivadas através de uma série de procedimentos discursivos que tendem a alargar a distância entre os signos, a acentuar a diferença colocando-a em um funcionamento radical ao enraizá-la no dado biológico ou no dado cultural dito “irredutível”. Assim “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”, tanto pelo meio simbólico, quanto pelas formas de exclusão social. “A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença” (WOODWARD, 2007, p. 39-40, grifo do original).

As identidades e as diferenças mantêm conexões penetradas por estratégias de manutenção e regulação de poder traduzindo-se em quem pertence e quem não pertence, aquele/a que é incluído/a e o/a que é excluído/a, quem classifica e quem é classificado/a. Nesse contexto, classificar significa dividir o mundo social por meio das identidades, priorizando uma e subalternizando outras. Essa delimitação tende a afirmar e reafirmar as desigualdades de categorias estabelecidas socialmente (SILVA, 2007; HALL, 2006, 2007; WOODWARD, 2007).

A mais importante forma de classificação é aquela que subverte a estabilidade das categorias biológicas e se estrutura ao redor de oposições binárias, tais como: masculino/feminino, branco(a)/negro(a), heterossexual/homossexual, rico(a)/pobre (WOODWARD, 2007; HALL, 2007).

Partindo desses pressupostos e não buscando encontrar verdades absolutas no conceito científico moderno, os Estudos Culturais surgiram em meio às movimentações de diferentes sujeitos, discursos e grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem ao longo do seu trajeto, aos anseios por uma cultura pautada em oportunidades democráticas e principalmente que seja(m) respeitada(s) a(s) identidade(s) e diversidade(s) presente(s) na pós-modernidade (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003).

O gênero como construção social

Para Scott (1995, p. 72-73), “através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou traços sexuais” e ao fazer referência ao termo gênero, “seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos”.

O material intitulado “Adolescentes e jovens para uma educação entre pares: diversidades sexuais”, distribuído pela Secretaria de Saúde (BRASIL, 2009), comunga do pensamento de Scott (1995) ao alegar que a construção histórica, cultural, social e política das diversas possibilidades de ser feminino e/ou masculino ultrapassa, o “ser macho” ou “ser fêmea”, enfatizando diferentes papéis e comportamentos adequados aos homens e mulheres por meio de referenciais, tanto estruturais quanto ideológicos, cuja consequência é a distribuição desigual do poder e das oportunidades, a partir daquilo que se define como sendo “coisa de homem” e “coisa de mulher”.

Quando as diferenças entre sexo/gênero se juntam a um radicalismo,

o problema torna-se ainda pior, pois o “sexo” que é referido como sendo anterior ao gênero será ele mesmo uma postulação, uma construção, oferecida no interior da linguagem, aquilo que é anterior à linguagem, anterior à construção [...] se o gênero é uma construção social do sexo e se não existe nenhum acesso a esse “sexo” exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o “sexo” torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalado em um local pré linguístico ao qual não existe nenhum acesso direto (BUTLER, 2010, p. 158).

Há de se considerar que o gênero não é uma simples categoria analítica; mas o fazer e desfazer de “corpos” num mundo de contestações, ou seja, uma relação de poder (HARAWAY, 2004; WEEKS, 2010). Assim, “padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do

poder dos homens para definir o que é necessário e desejável – um poder historicamente enraizado” (WEEKS, 2010, p. 56), “seria melhor dizer: gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 188) e que em seu estudo descritivo o termo “gênero” acaba sendo um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres.

Os/as historiadores/as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero e desenvolvimento da sexualidade, na tentativa de:

articular a especificidade da opressão das mulheres no contexto de culturas nas quais as distinções entre sexo e gênero são marcantes. Quão marcantes que depende de um sistema relacionado de significados reunido em torno de uma família de pares de oposição: natureza/cultura, natureza/história, natural/humano, recursos/ produtos. Esta interdependência capital de um campo político-filosófico ocidental de oposições binárias, funcionalmente, dialeticamente, estruturalmente ou psicanaliticamente compreendidas, problematiza as alegações de utilização universal de conceitos relacionados a sexo e gênero. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relação de hierarquia e antagonismo. Já que o conceito de gênero está tão intimamente ligado à distinção ocidental entre natureza e sociedade ou natureza e história, via a distinção entre sexo e gênero (HARAWAY, 2004, p. 210-211).

Gênero pode ser classificado então em duas partes e diversos subconjuntos que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995).

Como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, Scott (1995) defende que o gênero implica em quatro elementos inter-relacionados em que nenhum deles pode operar sem os outros, no entanto, eles não operam simultaneamente, como se fossem um simples reflexo do outro:

I. As culturas disponíveis que evocam as representações simbólicas e que de maneiras frequentemente contraditórias, dentro de uma lógica dicotômica, implica num polo que se contrapõe a outro, ou seja, uma ideia singular de representação de masculinidade e feminilidade, que supõe “ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se enquadram em uma dessas formas” (LOURO, 1997, p. 34).

II. Conceitos normativos que expressam interpretação dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas são em sua maioria expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma inequívoca e categoricamente o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino, do heterossexual e do homossexual.

III. O desafio em extinguir a noção de fixidez perturbando a noção simplista e reduzida de homem dominante *versus* mulher dominada, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Uma desconstrução dessa realidade deve incluir uma concepção de

política na compreensão e inclusão das diferentes formas de masculinidade e feminilidades que se constituem socialmente.

IV. A identidade subjetiva que é aquela que fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, uma descrição da transformação da sexualidade biológica do sujeito enquanto passa pelo processo de enculturação do que é ser masculino e feminino.

Nesse sentido,

a matriz das relações de gênero é anterior à emergência do humano, ao considerar uma criança, por exemplo, de um ser “neutro” para um “ele ou ela”, torna a garota uma garota e a traz para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação fundante de gênero. Porém, esse tornar-se garota, não se encerra na sua concepção ou nascimento, mas é reiterada por várias autoridades, ao longo de vários intervalos de tempo, na tentativa de reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. Essa nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2010, p. 161).

O conceito de gênero se refere à construção social do sexo biológico e foi criado para distinguir a dimensão anatômica biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana. No entanto, para os/as estudiosos/as feministas,

a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada através de inúmeras aprendizagens e práticas, nas mais distintas situações, empreendida de modo explícito ou dissimulada por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (LOURO, 2008, p. 18).

Tais aspectos implicam diretamente no modo como homens e mulheres se comportam, há uma expectativa social em relação à forma como “homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar, trabalhar, gerenciar outras pessoas, ensinar, dirigir o carro, gastar o dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades” (BRASIL, 2009, p. 40).

Com grande frequência os discursos sobre sexualidade e gênero constroem mulheres e homens como tipos diferentes de indivíduos.

Essas pessoas marcadas por gênero corporificam diferentes princípios de agência – como no caso de muitas culturas ocidentais, onde a sexualidade masculina e pessoas do gênero masculino são retratadas como ativas, agressivas, impositivas e poderosas, enquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas. Esses discursos marcados por gênero são em todos os casos construídos através da imbricação mútua com diferenças de raça, classe, etnicidade e religião (MOORE, 2000, p. 16).

Ter um corpo feminino não necessariamente significa que a mulher deseja ou precisa cumprir o mandato social da maternidade ou que corpos designados como masculinos não possam expressar gestos ou executar tarefas tidas como femininas em determinado contexto sociocultural, uma vez atravessar as fronteiras de gêneros e exibir características, comportamentos, gostos e papéis culturalmente característicos tanto de homens quanto de mulheres (CALIFIA; KOYAMA, 2013),

portanto, há uma estreita relação entre identidade de gênero e discursos de gênero, entre o gênero enquanto vivido e o gênero enquanto construído (BRASIL, 2009, 2007).

A identidade de gênero então pode ser considerada como sendo algo que não é dado e, sim, constituído e vivenciado ativamente por cada homem e mulher a partir dos elementos fornecidos por sua cultura, ou pelo fato de alguém se sentir masculino e/ou feminino, num processo contínuo e dinâmico, não dado no nascimento e a partir daí marcado para sempre, ou seja, é uma construção cultural/social e histórica, uma aquisição, uma performance, uma atuação. Isso quer dizer que não há um elo imediato e inescapável entre os cromossomos, o órgão genital, o aparelho reprodutor, os hormônios, enfim, o corpo biológico em sua totalidade, e o sentimento que a pessoa possui de ser homem ou mulher. É evidente que esse processo identitário não é determinista (MOORE, 2000; BRASIL, 2007, 2009, 2011; BUTLER, 2010).

A vivência da identidade de gênero,

é estruturante da trajetória pessoal e constitui-se na complexa combinação de muitos elementos de cunho subjetivo e da relação com o outro. Isso ocorre desde o nascimento a partir da sexuação e da erotização do corpo. Inclui, portanto, fatores de natureza bastante distintas: do aprendizado, da descoberta e da invenção (SAYÃO, 1997, p. 113-114).

De tal modo que temos indivíduos transgêneros caracterizados como aqueles que sentem pertencer ao gênero oposto ao seu. Nesse grupo podemos incluir pessoas travestis, transexuais, intersexuais, *Drag Queens* e *Drag Kings*, sujeitos que se identificam como sendo do sexo oposto em uma base temporária podendo ou não ter qualquer expressão do sexo oposto em sua vida habitual. Geralmente apresentam esse comportamento em referência a um ato ou desempenho. Há de se considerar àquelas pessoas que podem permanente ou esporadicamente sentir se pertencentes aos gêneros masculino e feminino – bigêneros – ou a nenhum deles – agêneros (ÁVILA; GROSSI, 2010; SCHULMAN, 2013).

Embora a comunidade de transgêneros seja reconhecida como uma parte da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o Movimento Transgênero (*Transgender Movement*)¹ se distingue daquele Movimento na medida em que as questões de identidade de papel de gênero não assumem qualquer posição frente à manifestação da sexualidade. Nesse sentido, o conceito de transgeneridade tornou-se um grande “guarda-chuva” na tentativa de abrigar todas as inúmeras manifestações de identidade de gênero que ocorrem fora do binômio masculino-feminino, daí defendermos o uso do termo LGBTQIA – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores/as, Intersexos, Indecisos/as, Assexuados/as e Aliados/as – para abrigar outras categorias (OLIVEIRA JR, 2013; CALIFIA; KOYAMA, 2013).

É por essa razão que as categorias simbólicas “mulher” e “homem”, e a diferença inscrita dentro delas e entre elas, têm alguma relação com as representações, auto representações e práticas

¹ O Movimento Transgênero ou Transgender Movement esteve durante muito tempo abrigado dentro do movimento de Gays e Lésbicas, mas, aos poucos vem se destacando dele, na medida em que suas demandas específicas começaram a vir à tona. Durante a primeira década desse século XXI, o transgenerismo se estruturou nos países do hemisfério norte, porém no Brasil, o movimento transgenerista ainda é incipiente (CALIFIA; KOYAMA, 2013; ÁVILA; GROSSI, 2010).

cotidianas individuais das mulheres e homens ligadas “também a estilos de vida que asseguram para cada um, contextos de identidades coletivas, nos quais se definem pares, iguais, com quem vai se estabelecer relações sociais, e realizar desejos sexuais específicos” (SILVA, 2007, p. 4-5). De tal forma que o processo de construção de identidade(s) corresponde ao modo como o próprio indivíduo se vê e à representação com a qual a sociedade o enxerga (MOORE, 2000; SILVA, 2007; OLIVEIRA JR, 2013).

Portanto,

Não há uma única feminilidade ou masculinidade com que as mulheres e homens individuais possam se identificar em seus contextos sociais, mas sim uma variedade de feminilidades e masculinidades possíveis fornecidas pelos discursos concorrentes e contraditórios que existem, e que produzem e são reproduzidos por práticas e instituições sociais (MOORE, 2000, p. 35).

Numa definição sociológica, poderíamos dizer que o gênero é um conjunto de fatores que forma um complexo “jogo do eu”, no qual entra em cena a interioridade: como a pessoa se vê e se comporta individualmente; e a exterioridade: como ela é vista e tratada pelos demais (BRASIL, 2011).

Os indivíduos assumem certas posições de sujeito por causa do modo em que essas posições dão prazer, satisfação ou retribuição ao nível individual ou pessoal, devemos também reconhecer que essas satisfações individuais têm poder e significado apenas no contexto de vários discursos e práticas institucionalizados, isto é, no contexto de certos modos sancionados de subjetividade (MOORE, 2000, p. 37).

Independente de disputas conceituais quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, intelectuais concordam “que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 2008, p. 18). A construção e manifestação do gênero e da sexualidade dão-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente, “transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe” (LOURO, 1997, p. 28).

Nesse sentido podemos dizer que fazer-se homem ou mulher depende de escolhas “das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes são ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura” (LOURO, 2008, p. 17).

Em primeiro lugar, destacamos aqui o termo “e/ou” no tocante às masculinidades e feminilidades: primeiramente porque há pessoas que nasceram com órgão sexual masculino – pênis – e se sentem femininas como as mulheres travestis ou transexuais, ou nasceram com órgão sexual feminino – vulva – e percebem-se como gênero masculino, como os homens travestis e os transhomens/transexuais masculinos² (BRASIL, 2007, 2009). De uma forma sintetizada, porém não

² Para Ávila e Grossi (2010, p. 1) a transexualidade masculina é a escolha de “sujeitos designados biologicamente como mulheres, mas que buscam se identificar, através da nomenclatura, vestimenta e transformações corporais, como pertencentes ao gênero masculino” e o inverso se aplica para as mulheres

fundante e/ou determinante, as mulheres e os homens travestis são pessoas com identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico; realizam modificações corporais temporárias ou permanentes (mas não rejeitam o seu órgão sexual), vivem e apresentam-se socialmente como do gênero oposto ao que lhe seria convencionalizado, desejando serem identificados/as cotidianamente pelo resultado dessa expressão. As/os Transexuais são pessoas de sexo genital determinado, mas que psicologicamente pertencem ao sexo oposto. A maioria dos casos tem como características, a rejeição pelo órgão genital e a necessidade da cirurgia de transgenitalização, readequação de sexo ou redesignação sexual³ (BOHM, 2009; MOORE, 2000).

Em segundo lugar, porque se analisarmos com prudência, veremos que cada um(a) de nós, independente de sexo biológico, traz em si elementos como as características fenotípicas, genotípicas e/ou hormonais presentes tanto no sexo masculino quanto no feminino. Assim, a título de exemplificação, é possível encontrar homens/mulheres que apresentem uma conformação corporal ou produção hormonal típica do sexo feminino/masculino, sem que isso os/as caracterize como sendo do sexo oposto (MOORE, 2000; BRASIL, 2007, 2009; 2011; BOHM, 2009).

Portanto, a forma como o indivíduo percebe sua

identidade de gênero inclui o senso pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas, por livre escolha, modificações estéticas ou anatômicas por meios médicos, cirúrgicos ou outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais masculinas e femininas e das travestis. Mas todos nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma que nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou como mulheres (JESUS et al., 2008, p. 16).

O que se considera masculino ou feminino são resultantes de caracterizações sociais desconsiderando o que cada um/a vivencia e expressa individualmente na construção da sua identidade. Ninguém discorda que homens e mulheres possuem diferenças; o que não podemos é contribuir para que essas diferenças na construção da identidade sejam transformadas em desigualdades (BRASIL, 2007, 2011).

Queers: o não assujeitamento às conformações de gênero estabelecidas culturalmente

Dessa discussão pós-estruturalista, em torno das diferenças, surgem as interpretações teóricas do Queer, como sendo uma resposta crítica à globalização e aos modelos preestabelecidos de identidade sexual e de gênero. “Não é mais garantido que a sexualidade [e/ou gênero] seja o eixo principal de processos sociais que marcaram e ainda moldam as relações sociais, mas, ao contrário, emerge a ideia de um ponto nodal de intersecções de diferenças” (MISKOLCI, 2009, p. 160).

Sendo assim, os/as teóricos/as queer

transexuais que nasceram biologicamente como homens, porém, identificam-se como pertencentes ao gênero feminino e manifestam tal preleção através de modificações corporais assumindo caracteres do gênero feminino.
³ Podemos denominar como transgenitalização, readequação de sexo ou redesignação sexual a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa e interna com propósitos terapêuticos de adequar a genitália ao sexo psíquico. Nesse caso, o processo de readequação é voltado para as cirurgias de neocolpovulvoplastia (cirurgia de redesignação do sexo masculino para o feminino) e neofaloplastia (cirurgia de redesignação do sexo feminino para o masculino) (BERGESCH; CHEMIN, 2009).

focaram na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método desconstrutivista. Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidades, estudos empíricos sobre comportamentos que levem a classificá-los ou compreendê-los, os empreendimentos queer partem de uma desconfiança com relação aos sujeitos sexuais como estáveis e foca nos processos sociais classificatórios, hierarquizadores, em suma, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. Ao colocar em xeque as coerências e estabilidades que, no modelo construtivista, fornecem um quadro compreensível e padronizado [...], o queer revela um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações, que, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares (MISKOLCI, 2009, p. 169).

Essa corrente visa dar cabo a processos que tendem a uma naturalização social ao voltar sua atenção crítica aos procedimentos normalizadores por meio da exigência de determinados padrões de vestimentas, de comportamentos e do aparentar dos sujeitos.

A ênfase Queer, nesse processo imbricado na constituição dos sujeitos, das identidades nacionais coletivas, que fundam os movimentos sociais do presente, acena para um entendimento de que grande parte “dos fenômenos até recentemente compreendidos como desvio podem ser encarados como diferenças, resultado de processos contínuos e inter-relacionados de inferiorização, da criação de outros que justificam a distribuição e o acesso desigual ao poder” (MISKOLCI, 2009, p. 173). Diante desse cenário, o Queer vem a se posicionar como um fator desconstrucionista ontológico ao “fazerem um uso próprio e transgressivo das proposições das quais se utilizam, geralmente para desarranjar e subverter noções e expectativas” (LOURO, 2001, p. 548).

Como representantes do Movimento Queer, não podemos deixar de fazer inferências aos indivíduos que atravessam e perturbam as fronteiras normalizadoras na construção de suas identidades e vivem a ambiguidade da própria fronteira. “Sujeitos que, deliberadamente, inscrevem em seus corpos, suas roupas, seu comportamento e atitudes signos masculinos e femininos buscando embaralhar esses signos, afirmando-se propositalmente como diferentes, estranhos, bichas ou Queer” (LOURO, 2009, p. 33). O uso desse termo “com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação” (LOURO, 2001, p. 546).

O termo Queer também funcionou “como uma espécie de expressão guarda-chuva que servia para acomodar todos os desviantes da sexualidade tida como ‘normal’” (LOURO, 2009, p. 33). Ao utilizar o termo Queer, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, bigêneros, intersexos, assexuados “marcam uma resistência e uma proposital ironia à heteronormatividade” (FURLANI, 2009, p. 313), pois a “teoria queer refuta, critica e desconstrói a proposta de uma Sociologia da sexualidade” já que a compreensão do social não foi completamente desnaturalizada e os resquícios de essencialismo permanecem em conceitos ou pressupostos que passam até os nossos dias (MISKOLCI, 2009, p. 162).

Com esse movimento de resistência e consequente rompimento da norma é que temos assistido, na atualidade, aquilo que Foucault (1999, p. 48) denominou como sendo a “explosão visível das sexualidades”, pois, mesmo diante de um arsenal de ditos e interditos, as pessoas se (re)constroem por meio de uma rede estratégica de mecanismos entrecruzados ante a proliferação de

condutas e prazeres singulares potencializando a multiplicação de comportamentos e sexualidades “disparatadas”.

Conclusão

À guisa da conclusão, podemos depreender que o processo de produção da(s) identidade(s) cambia entre dois eixos: de um lado temos os processos que tendem a estabilizar a(s) identidade(s) e de outro os movimentos que tendem a subvertê-la e/ou desestabilizá-la.

Nesse viés, “a teoria cultural e social pós-estruturalista tem percorrido os diversos territórios da identidade” (SILVA, 2007, p. 84) na tentativa de descrever como ambos os processos se dão. Nesse contexto tem sido analisado o processo de formação em que se manifestam as identidades sexuais, de gênero, raciais e étnicas. As culturas nacionais mantêm sua estruturação e regulação nos signos, representações culturais, históricas e sociais. “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações quanto à concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). Para isso é muito comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores que fazem com que a identidade nacional funcione como uma “comunidade imaginada”. “Eles são um exemplo importante de essencialismo cultural, embora aparentemente baseadas em argumentos falocêntricos, as tentativas de fixação da identidade que apelam para a natureza não são menos culturais” (SILVA, 2007, p. 85-86).

Na base dessas discussões está a tensão entre perspectivas essencialistas e perspectivas não-essencialistas. Uma definição não essencialista de determinada identidade, como exemplo a heterossexual, sugere que existe um conjunto cristalino, autêntico de características que todos/as os/as heterossexuais partilham e que não se alteram ao longo do tempo. Uma definição não-essencialista focalizaria as diferenças, bem como as características comuns partilhadas, tanto entre os/as próprios/as heterossexuais quanto entre pessoas homossexuais. Uma definição não essencialista enfatiza as formas pelas quais a definição daquilo significa ser um heterossexual ter mudado ao longo dos séculos. Ao afirmar a primazia de uma identidade – a masculina, por exemplo, parece necessário não só colocá-la em oposição à outra identidade – a feminina – que é, então, desvalorizada, mas, também reivindicar a identidade masculina como “superior”, autêntica e permanente (WOODWARD, 2007).

Como consequência dessa busca de “verdades” a inferiorização de determinados grupos baseados em perspectivas essencialistas no que se refere a questões de gênero, manifestação sexual, condições étnico-raciais em supostas características biológicas ou naturais é a mais verdadeira demonstração de uma eloquente grade cultural essencialista. Num ato de contestação a esse processo, nos deparamos com aqueles/as que propositalmente demonstram resistência à imposição de uma matriz essencialista e rompem com as fronteiras do gênero, ao imprimirem signos culturalmente propagados como sendo do universo masculino e feminino em seus gostos, roupas, corpos e comportamento.

Essas performances emergem como uma prática de vida, que tem como escopo colocar em xeque as normas socialmente prescritas e aceitas por institutos como a igreja, indústria cultural, família, política, escola, saúde, etc. e, portanto, não deve ser percebido, apenas como uma luta que

peçoas queer travam contra a invisibilidade, mas como uma estratégia de superação e empoderamento que os/as tornam sujeitos ativos, eloquentes, detentores de direitos, liberdade, igualdade, reconhecidos/as em sua essencialidade humana pelo que representaram, representam e representarão na contestação de uma sociedade que produz e reproduz identidade(s), diferença(s) através de um vasto sistema opressor.

Referências

- ÀVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. In: V Congresso da Associação Brasileira de e Estudos da Homocultura. ABEH. *Anais...* Natal: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2010, p. 1-17.
- BERGESCH, Vanessa; CHEMIN, Beatris Francisca. A cirurgia de transgenitalização e a concretização dos direitos fundamentais constitucionais. *Revista Destaques Acadêmicos*, v. 1, n. 2, p. 7-18, 2009.
- BOHM, Alessandra Maria. *Os "monstros" e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis*. 103f. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Cadernos SECADI, n. 4. Brasília: SECADI/MEC, 2007.
- _____. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo, v. 1, 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- _____. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. *Adolescentes e jovens para uma educação entre pares: gêneros*. Brasília: Ministério da Saúde, v. 7, 2011.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-172.
- CALIFIA, Patrick; KOYAMA, Emi. *LGBTQIA: Glossary*. 2013. Disponível em: <<http://lgbtrc.ucdavis.edu/lgbt-education/lgbtqia-glossary>>. Acesso em: 17 fev. 2013.
- COSTA, Marisa Vorraber. SILVEIRA, Rosa Hessel. SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FURLANI, Jimena. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia *Queer*: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação: SECADI/MEC. Brasília, 2009, p. 85-95.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 103-133.
- HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-2046, jun. 2004.
- JESUS, Beto de; RAMIRES, Lula; UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia. *Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens*. São Paulo: Ecos, Corsa, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, v. 9, p. 541-553, 2001.
- _____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.
- _____. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação: SECADI/MEC. Brasília, 2009, p. 85-95.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, n. 14, p. 13-44, 2000.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. *O/a diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e "Kit Gay"*. 261f. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Júlio Groppa. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p. 107-118.

SCHULMAN, Michael. Assexuados, bichas & cia: a nova geração gay nas universidades dos EUA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 de fev. de 2013. Seção Comportamento, s/p. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/94158-assexuados-bichas-amp-cia.shtml>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 73-102.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 35-82.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 7-72.

Recebido em: ago. 2017.

Aceito em: dez. 2017.

Isaias Batista de Oliveira Júnior: Doutor em educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana. E-mail: jr_oliveira1979@hotmail.com